



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem
Presidencial nº 17, de 2016 (Mensagem nº 59, de
2016, na origem), que submete à apreciação do
Senado Federal, de conformidade com o art. 52,
inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.
39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de
29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor
NEDILSON RICARDO JORGE, Ministro de
Primeira Classe da Carreira de Diplomata do
Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Embaixador do Brasil na República da
África do Sul e, cumulativamente, no Reino de
Lesoto e na República de Maurício.

RELATOR: Senador LASIER MARTINS

Relator “ad hoc”: Senador ANTONIO ANASTASIA

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. **NEDILSON RICARDO JORGE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino de Lesoto e na República de Maurício.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. NEDILSON RICARDO JORGE nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 17 de outubro de 1964, filho de Ney Jorge e Nancy Nascimento. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes em 1986. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1987 e iniciou sua carreira no ano seguinte, no posto de Terceiro-Secretário, observando o percurso profissional padrão do Itamaraty.

Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2005, quando defendeu a tese intitulada “Técnicas de Negociação Diplomática: Estratégias e Táticas”.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro, em 2004; a Ministro de Segunda Classe, em 2007; e a Ministro de Primeira Classe, em 2015. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefia na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, entre 2000 e 2003; de Assessor e Subchefe de Gabinete do Ministro de Estado, de 2003 a 2005; e Diretor do Departamento da África, de 2010 até o presente. Atualmente exerce também o cargo de professor de Técnicas de Negociação no Instituto Rio Branco.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires, entre 2005 e 2010, além de chefiar a delegação brasileira na VI Reunião do Grupo de Trabalho de Serviços da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 1998.

O diplomata recebeu as honrosas condecorações Medalha Mérito Tamandaré, em 2003, e a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial, em 2010.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a África do Sul, Lesoto



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

e Maurício, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da África do Sul tem três capitais: Pretória (administrativa), Cidade do Cabo (legislativa), e Bloemfontein (judiciária). A área do país é de 1.219.090 km² e sua população, em 2015, de 54 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto com paridade de poder de compra (PIB-PPP) foi de US\$ 685,6 bilhões, o que propicia PIB-PPP per capita de US\$ 12.700. A expectativa de vida naquele país, em 2013, era de 57 anos.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a África do Sul em 1948. No mesmo ano, foi aberta legação diplomática em Pretória, que só viria a ser transformada em Embaixada em 1974, em função do repúdio brasileiro ao *apartheid*. Já a África do Sul abriu Escritório de Representação no Brasil em 1952, convertendo-o em Embaixada em 1971. O primeiro Embaixador brasileiro na África do Sul foi designado em 1992, já em contexto de transição democrática e suspensão das sanções internacionais impostas ao país.

Desde o final do *apartheid*, Brasília e Pretória vêm aprofundando a cooperação bilateral em áreas relevantes, com destaque para parcerias em setores estratégicos, como defesa e ciência e tecnologia, bem como para a troca de experiências nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento social. Em julho de 2010, foram assinados Declaração de Parceria Estratégica Brasil-África do Sul e seu respectivo Plano de Ação.

A cooperação no setor de defesa tem ocupado posição central na relação bilateral. O marco é o Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, assinado em 2003, que criou o Comitê Conjunto de Defesa (CCD). Desde então, o CCD reúne-se anualmente (o mais recente encontro foi em Salvador, em junho último). Trata-se do principal canal para o encaminhamento dos projetos no setor. Autoridades brasileiras e sul-africanas consideram a cooperação bilateral em defesa extremamente satisfatória, pois as parcerias vêm resultando no desenvolvimento de equipamentos de última geração, com potencial para serem comercializados com terceiros países. O principal destaque é o projeto do



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

míssil A-Darter, que teve início oficial em 2006. O míssil A-Darter é um míssil ar-ar, modelo de míssil possível de ser atirado de uma aeronave em direção a outra aeronave também em voo. O projeto é conduzido pelo Grupo Denel, por meio de sua subsidiária Denel Dynamics, e pelas empresas brasileiras Avibrás, Mectron e Opto Eletrônica. O projeto deverá permitir ao Brasil domínio de diversas tecnologias críticas, além da completa independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Atualmente, o A-Darter se encontra na fase 4 de implementação, que consiste na viabilização dos processos industriais para a produção do artefato no Brasil. Os testes do equipamento estão sendo realizados nos aviões JAS-39C Gripen da Força Aérea da África do Sul. Com base na experiência bem sucedida do A-Darter, a África do Sul tem proposto expandir para outros projetos a cooperação na área de tecnologia militar. É o caso de míssil além do alcance visual (BVR, Beyond visual range), direcionado por radar. A efetiva incorporação do Brasil, contudo, tem enfrentado obstáculos orçamentários.

A falta de recursos tem também impedido que Brasil e África do Sul aproveitem o fato de ambos terem escolhido a aeronave sueca Gripen como principal equipamento de sua aviação de caça. De acordo com o Adido da Força Aérea na Embaixada em Pretória, haveria a possibilidade de a África do Sul fornecer aeronaves para utilização no Brasil até o início da entrega dos aparelhos comprados junto à Suécia, bem como possibilidade de treinamento de pilotos brasileiros na África do Sul. Em relação a exercícios militares conjuntos, as principais interações entre as Marinha do Brasil e da África do Sul ocorrem no âmbito de dois projetos. O primeiro deles é o Atlasur, manobras navais conjuntas bienais entre as Marinha do Brasil, África do Sul e Argentina, cuja sexta edição foi conduzida em setembro último. O segundo é o IBSAMAR, que reúne os três países do IBAS, também bienalmente, deverá ter sua quinta edição em fevereiro de 2016, na Índia.

Ponto central do relacionamento entre os dois países é a participação nos BRICS. Realizada em 2014, a Cúpula de Durban foi marco importante para a África do Sul, por consolidar sua presença no BRICS e por ter lançado as bases para a institucionalização do mecanismo: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo Contingente de Reservas. Desde então, a importância do tema BRICS tem crescido tanto



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

nas avaliações do Governo sul-africano quanto nas análises de respeitados “think-tanks” do país e de meios de comunicação. Evidência nesse sentido tem sido as menções aos BRICS em todos os discursos do Presidente Jacob Zuma que tratam de relações internacionais, em especial na alocução do “Estado da Nação”. Por sua vez, a Chancelaria sul-africana inclui o BRICS nas linhas mestras da política externa do país, juntamente com o continente africano. A reação sul-africana à mais recente Cúpula dos BRICS, realizada na cidade russa de Ufá em julho último, foi claramente positiva. Após seu retorno a Pretória, Zuma declarou que a Cúpula logrou êxito em aprofundar as relações entre os países BRICS e possibilitar tratamento mais detalhado de assuntos econômicos e políticos globais. Em especial, Zuma reiterou acreditar que o NBD será instrumento possante para projetos de desenvolvimento sustentável tanto no âmbito do BRICS quanto no mundo em desenvolvimento.

Além dos BRICS, Brasil, África do Sul e Índia integram outra iniciativa integracionista – o IBAS. Estabelecido em 2003, o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) congrega três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. Desde 2006, houve cinco reuniões de Cúpula do IBAS. Devido a dificuldades de conciliação de agendas, reuniões de Cúpula ou da Comissão Ministerial Trilateral (“Comista”) não foram realizadas desde 2011. A singularidade do grupamento, integrado por países que não são potências do *status quo*, o habilita a desempenhar papel de destaque na reforma das estruturas de governança global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No que se refere à relação entre BRICS e IBAS, Brasília, Nova Déli e Pretória compartilham da percepção de que os mecanismos contam com objetivos e lógicas distintos e que, portanto, devem manter suas feições próprias. Cabe ter presente, contudo, que o BRICS tem alargado sua agenda de cooperação interna para também abarcar temas que o IBAS se ocupa desde sua fundação, como agricultura, saúde, ciência e tecnologia, governança global, entre outros. De modo a zelar para que as duas vertentes sigam mantendo suas identidades próprias, encontra-se em andamento processo de racionalização da vertente de cooperação do IBAS, visando concentrar as atividades em áreas em que o foro goza de vantagens comparativas em relação a outros mecanismos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O comércio bilateral entre o Brasil e a África do Sul cresceu 14,3% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,713 bilhão para US\$ 1,957 bilhão. O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio, os superávits foram de US\$ 916,8 milhões (2012); US\$ 1,117 bilhão (2013); e US\$ 493,8 milhões (2014). No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, o fluxo comercial foi de US\$ 1,718 bilhão (alta anualizada de 2,3%), com superávit de US\$ 594 milhões para o Brasil (elevação de 43,8% sobre o mesmo período de 2014). As exportações brasileiras para a África do Sul decresceram 10,6% entre 2005 e 2014, de US\$ 1,371 bilhão para US\$ 1,226 bilhão. No acumulado entre janeiro e outubro de 2015, as vendas alcançaram US\$ 1,156 bilhão, um crescimento de 10,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo crescimento nas exportações de zinco e açúcar. A pauta de exportação brasileira é caracterizada por forte presença de produtos manufaturados, categoria que em 2014 representou 74% do total. Naquele ano, os principais produtos exportados foram tratores rodoviários para semirreboques (8,3% do total), carnes de frango (7,8%), veículos automóveis (7,1%) e açúcar (3,9%). Ainda com relação a 2014, a África do Sul foi o vigésimo mercado global de destino para os produtos manufaturados brasileiros. Em território africano, o país foi o terceiro destino para as exportações brasileiras, após Egito e Angola. Por sua vez, as importações do mercado sul-africano aumentaram 114% entre 2005 e 2014, de US\$ 341,5 milhões para US\$ 731,9 milhões. Entre janeiro e outubro de 2015, somaram US\$ 562,2 milhões (baixa de 11,2% em relação ao mesmo período de 2014). Essa retração foi motivada pela forte diminuição nas importações de polipropileno; paládio e ligas de alumínio. Em 2014, os principais produtos importados da África do Sul foram carvão mineral/hulha betuminosa (12,5% do total), herbicidas (9,1%), automóveis (5,9%) e polipropileno (5,4%). Em 2014, o país foi o sexto maior fornecedor brasileiro em território africano.

O Reino do Lesoto, país de 30,3 mil km², fica totalmente encravado no território da África do Sul. Tem população de 2,193 milhões de habitantes que partilham uma economia muito pobre, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,450 (o 160º do mundo) e expectativa de vida de apenas 48,9 anos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Lesoto em 1970, mas nunca abriu Embaixada residente no país. Os temas relativos ao Lesoto eram acumulados pela Embaixada em Maputo até 1997, quando foram assumidos pela Embaixada em Pretória. A Embaixada do Lesoto em Washington trata dos temas relativos ao Brasil. A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil ocorreu em 2010, ocasião em que foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, ainda em fase de promulgação. Não há acordos bilaterais em vigor.

O Governo do Lesoto tem manifestado, com frequência, intenção de dar início a projetos bilaterais de cooperação com o Brasil. Os temas de interesse do país são variados: agricultura, segurança alimentar, saúde, gestão de programas sociais, merenda escolar e, recentemente, cooperação esportiva.

O comércio bilateral ainda é incipiente. Atingiu seu auge em 2005 (US\$ 1,3 milhão) e em 2014 alcançou seu patamar mais baixo desde então (apenas US\$ 32 mil, com saldo de US\$ 16 mil favorável ao Brasil). Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

A República de Maurício está localizada em uma ilha de 2.040 km², a leste de Madagascar, com população de 1,286 milhão de habitantes. Tem índices relativamente elevados de desenvolvimento socioeconômico. Seu PIB-PPP per capita é de 18.290 dólares e a expectativa de vida média de sua população é de 73,4 anos.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974 e, embora tradicionalmente distantes (como demonstra, por exemplo, a ausência de atos bilaterais em vigor), contatos entre ambos os países se intensificaram nos últimos anos.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol. O país foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia, na OMC, que resultou na proibição aos subsídios à produção açucareira das antigas colônias do continente. Autoridades mauricianas manifestaram reiteradas vezes ao Brasil interesse em receber cooperação no



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

setor, que se reformula para abastecer a África e a Europa com etanol. Também são áreas potenciais de cooperação os setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu o único projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias.

O comércio bilateral cresceu mais de três vezes entre 2003 e 2014, passando de US\$ 7 milhões para mais de US\$ 24 milhões. Historicamente, o saldo da balança comercial tem sido sensivelmente favorável ao Brasil, ainda que o superávit varie de modo drástico. Em 2014, o saldo brasileiro atingiu US\$ 21 milhões. Os principais grupos de produtos exportados foram calçados, máquinas e aparelhos mecânicos, carnes, pasta de madeira, gorduras e óleos vegetais. A pauta de importação consiste, principalmente, em produtos têxteis, instrumentos de ótica e fotografia e pérolas naturais ou cultivadas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 14 de abril de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Antonio Anastasia, Relator “ad hoc”